

2

CAPÍTULO

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO “DESMERCADORIZADO”

José Micaelson Lacerda Morais¹

2.1 INTRODUÇÃO

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (1984, p. 107) afirmam que:

no desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma fase onde surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no quadro das relações existentes, apenas causam estragos e não são mais forças produtivas, mas forças destrutivas (maquinaria e dinheiro) [...].

Escrita entre 1845 e 1846, esta formulação chega aos nossos dias como uma verdade que se mantém rigorosamente irredutível. A partir dessa citação nossa

¹ Professor associado do departamento de economia da Universidade Regional do Cariri. Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado no Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico IE/Unicamp. Contato: micaelson_lacerda@yahoo.com, (88) 9965-8698.

discussão começa pelo caráter destrutivo que o dinheiro, como forma geral de riqueza, assumiu no quadro da reprodução das relações de produção no capitalismo contemporâneo.

No capitalismo a riqueza é abstrata, ou seja, neste regime de acumulação o dinheiro não é apenas um intermediário nas transações, mas a forma geral de riqueza e o objetivo final da concorrência entre os produtores. Enquanto conceito existente e atuante do valor, como Marx (2004, p. 160) afirma nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, “[...] o dinheiro se apresenta também contra o indivíduo e contra os vínculos sociais [...]”. De forma que é inerente à natureza do capitalismo o “[...] desprezo pelas condições particulares da existência dos povos e pelos conteúdos da vida [...]” (BELLUZZO, 2009, p. 172). Para Altvater (2010, p. 55), “[...] a continuação do capitalismo no fim da história não trará apenas, conforme sugere a euforia impensada, a democracia, a liberdade, a economia de mercado e o bem-estar, mas talvez a ‘destruição do ser’”. Considerando o desprezo pela existência dos povos, pelos conteúdos da vida, pela destruição da natureza e do ser, precisamos formular um novo enfoque para o desenvolvimento, que tenha como centro e fundamento a vida humana e seus conteúdos, não como mera retórica, mas como sentido último.

Para tanto, a vida humana precisa assumir a dimensão de um equivalente geral, em nível global, com força para sobrepujar outro equivalente geral, o dinheiro, em uma concretude que torne comum e igual o valor da vida para cada um e para todos, isto é, na produção do espaço. A vida humana entendida enquanto direito de existência igual para todos, de direito ao resultado da produção social, da distribuição da produtividade do trabalho, tendo em consideração que cada vida tem o mesmo valor em qualquer tempo e espaço. Todavia, para trilharmos esse caminho torna-se necessário o despertar de uma nova consciência global para o desenvolvimento focado no sentido da vida humana e não no da riqueza abstrata. Esta consciência tem de partir necessariamente da ideia de que nenhum homem deve subjugar outro, seja por raça, riqueza ou poder, na medida em que cada vida se equivale. Nessa perspectiva, a limitação das grandes fortunas, dos supersalários, a imposição de limites sociais à propriedade privada podem representar o primeiro passo na direção de um novo tipo de desenvolvimento. Um desenvolvimento impossível sob a apropriação privada sem freios da vida e do espaço que denominamos de desenvolvimento “desmercadorizado” e possui como conteúdo, valor e fim, a vida humana.

Posto isso, este artigo persegue três objetivos. Primeiro, resgatar o conceito de reprodução das relações de produção como elemento central de análise do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Conceito que pode fornecer o “fio condutor” para descrição e análise crítica do “real”, possuindo alcance global e sintético por designar um processo complexo que arrasta con-

sigo contradições antigas e novas, simultaneamente. Segundo, tratar o espaço como um elemento unificador por revelar que a vida humana tem o mesmo valor em qualquer lugar, pois é feita da mesma substância. Além de que não há como separar as formas espaciais resultantes das atividades humanas das relações de produção, de modo que as formas espaciais “contêm” os processos sociais e os processos sociais são espaciais. Terceiro, propor um novo enfoque para o desenvolvimento a partir da expressão da contradição fundamental entre o sentido da vida humana e o sentido da riqueza na sociedade capitalista. Este último ponto coloca em questão a formulação da riqueza e sua distribuição na sociedade capitalista.

O artigo está dividido em mais cinco seções. Na segunda destacamos a mudança de perspectiva que representa utilizar o conceito de reprodução das relações de produção como “bússola” de estudo nas questões pertinentes ao desenvolvimento. Na terceira seção destacamos que a concepção de espaço, do espaço produzido, apresenta-se como um elemento unificador, no sentido de dar unidade à vida humana, a unidade perdida pela classe operária. Unidade a partir da qual é possível pensar uma prática social e um projeto político na direção da valorização da vida e não do dinheiro enquanto objeto e objetivo do desenvolvimento. Na quarta seção expomos um conceito de desenvolvimento que tem como fundamento o conceito de reprodução das relações de produção. Na quinta e na última seção discutimos a possibilidade de uma nova sociedade a partir do enfoque que denominamos de desenvolvimento “desmercadorizado”.

2.2 A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO: AS CONDIÇÕES DE DOMINAÇÃO CAPITALISTA E AS CONDIÇÕES DA VIDA SOCIAL

No prefácio da obra *Para uma Crítica da Economia Política*, publicada em 1859, Marx mostra que a totalidade das relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade. Esta famosa e importante formulação está contida na seguinte passagem:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 1982, p. 25).

Marx, ao afirmar que as relações de produção formam a estrutura econômica da sociedade, estabelece, também, que as formas sociais de consciência

são derivadas dessas relações determinadas e necessárias. Ao que acrescentamos que as formações sociais e o seu desenvolvimento também são derivados das referidas relações. Acreditamos que a relação entre estrutura econômica e relações de produção, mediada pela reprodução dessas relações, possa fornecer um novo *insight* sobre as questões do desenvolvimento ainda no quadro da formação capitalista. Para tanto, precisaremos considerar que, apesar dessas relações serem estabelecidas independentemente da vontade do homem, a sua reprodução pode ser transformada a partir da própria vontade humana. É justamente no conceito de reprodução das relações de produção que nos deteremos nessa etapa da nossa discussão.

Nessa tarefa, seremos guiados por Lefebvre (1973). Ele nos ajudará a resgatar o conceito de reprodução das relações de produção, do qual derivaremos a formulação de uma nova abordagem do desenvolvimento para além do enfoque tradicional, que tem como base teórico-metodológica a divisão social do trabalho sob condições capitalistas de produção. Faremos, então, uma leitura singular do seu texto intitulado *A re-produção das relações de produção*. Nesta obra Lefebvre destaca este conceito como o fundamento, o elemento caracterizador do capitalismo como modo de produção. Uma totalidade, mas uma totalidade nunca sistematizada, nunca acabada que se vai consumando, que se vai realizando. Por isso mesmo, um conceito que não foi “descoberto”, mas mostrou-se com esforço considerável e por aproximações sucessivas: “[...] o cotidiano – o urbano – o repetitivo e o diferencial – as estratégias – o espaço e a produção do espaço” (LEFEBVRE, 1973, p. 5). Conceito que resolve e supera “o vivido sem conceito” e o “conceito sem vida”, envolvendo o da divisão social do trabalho, que tem como função nos fazer acreditar em uma suposta impossibilidade: o desenvolvimento global e a redução das desigualdades dos padrões de vida sob um tipo de relações capitalistas que permite a apropriação privada sem freios da vida e do espaço.

A hipótese de Lefebvre é a de que a reprodução das relações de produção pode fornecer o “fio condutor”, um instrumento para descrição e análise crítica do “real”, possuindo alcance global e sintético, afastando-se das especializações científicas (sujeito e objeto) e não designando quer uma entidade (“naturalidade, historicidade”), quer uma metáfora (“fluxo, agregado, cadeia”); nem uma determinação (“dispositivo, máquina”); nem elementos sob os quais entendemos o desenvolvimento enquanto conceito. Nas palavras do autor: “Este conceito [relações de produção] designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as reduplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (LEFEBVRE, 1973, p. 6)

O que pretendemos mostrar da análise de Lefebvre é a mudança de perspectiva que representa utilizar a reprodução das relações suprarreferidas como “bús-

sola” de estudo.² Significa pôr fim às prospectivas sobre a harmonização eventual dos elementos da sociedade, sob relações capitalistas anárquicas. Ainda, perpassar a descrição dos processos parciais (reprodução biológica, produção material, consumo, símbolo). Enfim, permite desfazer a ilusão que dissimula a totalidade do processo de reprodução das relações de produção compartimentadas em suas componentes e condições biológicas, econômicas, sociológicas e na própria divisão social do trabalho. Para o autor, confundir esses níveis “no conceito geral de reprodução é um erro de método e de procedimento teórico” (LEFEBVRE, 1973, p. 7). Além disso, permite também considerar que a reprodução dessas relações sociais não foi nem é “natural” ou “normal”.

Outro ponto fundamental que destacamos da leitura de Lefebvre é o retorno à dialética por meio do conhecimento do espaço. Pois, por meio deste (“conhecimento do que nele se faz, do que nele se passa e do que nele se serve”), são detectadas e reveladas as contradições sociais. Conforme destaca Harvey (1980), existem várias maneiras pelas quais se podem pensar a respeito do espaço, mas é por meio da formulação de uma concepção adequada deste último que se pode compreender o fenômeno urbano e a sociedade em geral. Esta formulação passa em última instância pela relação entre processos sociais e formas espaciais. As formas espaciais não podem ser vistas apenas como objetos inanimados dentro dos quais o processo social se desenvolve: as formas espaciais “contêm” os processos sociais e os processos sociais são espaciais. A respeito da produção do espaço como lugar da reprodução das relações de produção e as contradições resultantes é importante destacar a seguinte citação de Lefebvre (1973, p. 95):

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção): é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo, sectorizado, reduzido a um meio homogêneo e contudo fragmentado, reduzido a pedaços (só se vendem pedaços de espaço às “clientelas”), o espaço transforma-se em paços do poder”.

Entretanto, há que se distinguir o processo de produção do espaço enquanto lógica e enquanto dialética. Lefebvre, para fazer essa distinção, usa como referência a relação centro-periferia. Podemos observar enquanto lógica que o centro organiza o que o rodeia, dispõe e hierarquiza as periferias. Enquanto dialética “o centro inclui e atrai os elementos que o constituem como tal [...] mas que em bre-

2 Para Lefebvre (1973, p. 72), “sobrepôr o modo de produção às relações de produção como a coerência à contradição, essa atitude de uma “prática teórica” tomada em separado tem apenas um sentido: liquidar as contradições, excluir os conflitos (ou pelo menos certos conflitos essenciais), camuflando o que sucede e o que procede desses conflitos” e acrescenta: “liquida-se a dialética no momento em que uma das interrogações fundamentais incide sobre a relação entre dois termos: coerência e coesão, por um lado; conflito e contradição, por outro”.

ve o saturam” (LEFEBVRE, 1973, p. 18). É este espaço “dialectizado”, marcadamente integrado por mecanismos de exploração e conectado por meios de poder,

que reproduz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico. Através de um imenso processo, o capitalismo apoderou-se da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser a fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa. O resultado disto foi uma vasta deslocação das contradições, cuja análise comparada e pormenorizada terá que ser prosseguida (LEFEBVRE, 1973, p. 19-20).

O urbano e suas contradições internas, nesta perspectiva, apresentam-se como espaço privilegiado de análise porque são simultaneamente lugar(es) “da reprodução das antigas relações sociais, [...] da sua decomposição e [...] o da formação de novas relações sociais e das suas [múltiplas] contradições”, como bem nos esclarece Lefebvre (1973, p. 111). Essa multiplicidade é que nos mostra que qualquer solução para um retorno à humanidade deve partir das contradições contidas neste espaço, em especial das relações capitalistas de produção. Quer dizer também que como simultaneidade existente, dada a revolução técnico-científico-informacional, este espaço pode revelar a essência do capitalismo e os meios de sua superação.

Portanto, é por meio do conceito de reprodução das relações de produção no espaço (ocupação e produção do espaço) que conseguimos explicar como o capitalismo conseguiu sobreviver às suas crises (explosões parciais) e, nunca ainda, haver chegado a uma explosão global dos seus limites, apesar da contradição crescente entre as condições de dominação capitalista e as condições da vida social. Neste sentido o conceito também é importante porque ao fornecer conteúdo definido ao conceito de “produção”, realocaliza o indivíduo no processo produtivo e na sociedade, resgata-lhe a identidade, a partir da qual é possível pensar uma prática social e um projeto político na direção da valorização da vida e não do dinheiro enquanto objeto e objetivo do desenvolvimento.

2.3 DO CONCEITO DE REPRODUÇÃO À CONCEPÇÃO UNIFICADORA DE ESPAÇO: O SENTIDO DA VIDA HUMANA VERSUS O SENTIDO DA RIQUEZA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Grosso modo, a reprodução das relações de produção nada mais é do que a reprodução do regime de acumulação de capital. Segundo Lefebvre (1973, p. 25), “os ‘fatores’ que permitem o crescimento das forças produtivas e a manutenção das relações de produção deterioram a vida social, a consciência da ação,

mascarando o fenômeno central”, constituído pela reprodução das relações de produção.

Não resta dúvida de que no essencial as relações de produção mantêm o seu sentido original, mas na forma atual do comando capitalista o perfil distributivo é caracterizado por uma crescente polarização da riqueza e tem como substância a privatização das condições sociais de produção e a transformação do comum em mercadoria fictícia.

Recursos públicos comuns foram expropriados com a finalidade de transformar em mercadoria as necessidades da reprodução humana cotidiana (da água potável à energia, à saúde, à proteção contra todos os riscos possíveis) e para incrementar os lucros do capital sobre eles (ROTH, 2011, p. 291).

No que diz respeito ao trabalho, Harvey (2005, p. 213) demonstra que “na atualidade, a força de trabalho está muito mais dispersa geograficamente, sendo muito mais culturalmente heterogênea, étnica e religiosamente diversa, racialmente estratificada e linguisticamente fragmentada”, refletindo processos perversos de nítida segmentação social, salarial, racial e étnica. Conclui o autor que

entre a classe trabalhadora global, as diferenças (tanto geográficas como sociais) em salários e previdência social são também maiores do que nunca. A diferença política e econômica entre os trabalhadores mais afluentes (por exemplo, alemães e norte-americanos) e os trabalhadores assalariados mais pobres da Indonésia e do Mali é muito maior do que, no século XIX, entre a assim chamada aristocracia operária europeia e seus correspondentes não especializados (HARVEY, 2005, p. 213).

Vale a pena ilustrar que a realidade dessa “globalidade nova”, de modificação qualitativa das relações reforçando a exploração, descrita pelos autores acima citados, já era explicada por Lefebvre na década de 1970 ao escrever:

Esta globalidade nova que (consciente ou não) tem como sentido e como fim a re-produção das relações de produção, mais ainda do que o lucro imediato ou o crescimento da produção, é acompanhada por uma modificação qualitativa profunda dessas relações. As relações de dominação que originalmente subtendem, reforçando-as, as relações de exploração, tornam-se essenciais, centrais. A vontade de poder (capacidades de coação e de violência) passa por cima dos gostos de lucro e proveito, da busca do superlucro (lucro máximo). As leis econômicas e sociais perdem o aspecto físico (natural) descrito por Marx e, portanto, cego e espontâneo; tornam-se cada vez mais constrangedoras a coberto do contrato (ou sem essa cobertura) (LEFEBVRE, 1973, p. 97).

A nova classe global, derivada do processo acima descrito na citação de Lefebvre e adensada pelo regime de acumulação capitalista com dominância financeira tem contribuído para o estabelecimento de novas formas de *apartheid*:

um mundo no qual a classe baixa simplesmente não existe. Žižek (2011, p. 18, grifo do autor) cita como exemplos concretos desse processo Xangai e São Paulo.

Na China contemporânea, os novos-ricos construíram comunidades isoladas de acordo com o modelo idealizado de uma cidade ocidental “típica”; perto de Xangai, por exemplo, há uma réplica “real” de uma cidadezinha inglesa, com uma rua principal, *pubs*, uma igreja anglicana, um supermercado Sainsbury etc.; a área toda é isolada das cercanias por uma redoma invisível, mas nem por isso menos real. Não há mais hierarquia de grupos sociais dentro da mesma nação: os moradores dessa cidade vivem num universo em que, em seu imaginário ideológico, o mundo circundante da “classe baixa” simplesmente *não existe* [...] São Paulo [...] ostenta 250 helipontos em sua área central. Para evitar o perigo de se misturar com gente comum, os ricos de São Paulo preferem utilizar helicópteros, de modo que, olhando para o céu da cidade, temos realmente a impressão de estar numa megalópole futurista do tipo que se vê em filmes como *Blade Runner* ou *O quinto elemento*: as pessoas comuns enxameando as perigosas ruas lá embaixo e os ricos flutuando num nível mais alto, no céu.

Portanto, o que está em jogo hoje não é somente a posse da propriedade, mas a extensão dessa posse. Essa extensão é a nova contradição do capitalismo. É ela que precisa ser combatida até o ponto em que a vida passe a ser reconhecida como um equivalente geral, de igual valor em qualquer tempo e espaço, resgatando-se o sentido de humanidade, aniquilada com violência brutal pelos defensores do *status quo*. Porque sob as atuais relações de reprodução contemporâneas somente são produzidas mais desigualdades e diferenças.

Para a construção de um novo enfoque do desenvolvimento, a concepção de espaço, o espaço produzido, apresenta-se como unificadora, no sentido de dar unidade à vida humana, a unidade perdida pela classe operária. A vida humana enquanto sentido, enquanto significado, é igual em qualquer lugar, ou seja, possui um único denominador último: a existência, podendo ser afirmada como o fundamento último de um novo enfoque de desenvolvimento. As diferenças relativas à cultura, processos históricos etc, são expressões da individualidade e da localização de um conjunto de individualidades. No entanto, guardam em comum a existência, a vida. Esse novo enfoque do desenvolvimento possibilitará estabelecer um projeto de sociedade que, apesar do poder e dos poderes,

implica uma crítica da política, em geral, dos políticos e dos partidos políticos, em particular, do Estado existente e de todo o Estado. Só um projeto global pode definir e proclamar todos os direitos dos indivíduos e dos grupos, determinando as condições do seu ingresso na prática. Entre esses direitos, recordemos: o direito à cidade (o direito a não ser afastado da sociedade e da civilização, num espaço produzido com vista a essa discriminação) – e o direito à diferença (o direito a não ser classificado à força em categorias determinadas por potências homogeneizantes) (LEFEBVRE, 1973, p. 38).

E o caminho terá que ser o de uma nova consciência (global) a respeito da vida, de seu valor e conteúdo, e de uma nova prática social e política.

2.4 POR UM NOVO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento, como será mostrado a seguir, ou de forma mais específica de alguns dos elementos e relações mais fundamentais para entender o processo de desenvolvimento sob o regime capitalista de acumulação, representa basicamente uma articulação, um aprofundamento dos desdobramentos capitalistas. Por mais que se qualifique sua natureza desigual e combinada, é impossível imaginar que as relações de reprodução como estão postas possam conduzir a sociedade a um “verdadeiro” desenvolvimento.

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos na busca de ampliar o campo de ação coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas; portanto, envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. Seu estudo, portanto, exige ênfase em processos, estruturas e na identificação dos agentes cruciais e das interações entre decisões e aquelas estruturas, procurando revelar os interesses concretos em jogos [...]. É fundamental que esse processo transformador seja promovido simultaneamente em várias dimensões (produtiva, social, tecnológica, etc) e em várias escalas espaciais (local, regional, nacional, global, etc), robustecendo a autonomia de decisão e ampliando o raio de ação dos sujeitos concretos produtores de determinado território (BRANDÃO, 2008, p. 3).

A deficiência do conceito de desenvolvimento apresentado acima reside na constatação de que ele não toca no fundamental: a reprodução das relações sociais de produção. Logo, não pode ser um desenvolvimento pleno de sentido, dadas as contradições inerentes ao próprio conceito de riqueza sob capitalismo.

É o processo de valorização como finalidade última e necessária da acumulação de capital que imprime forma, conteúdo e estrutura a um lugar e determina em última instância a relação entre lugares, não o desenvolvimento dos lugares no sentido de igualização da condição da vida humana. A produção como reprodução das relações sociais imprime forma ao espaço e vice-versa. E neste processo a metamorfose do capital vai se apropriando do espaço e transformando-o em momento específico da acumulação, ou seja, o espaço vai se transformando em uma relação social, uma forma de valorização do valor, a produção do espaço passa

a fazer parte, portanto, do processo de acumulação, não do de desenvolvimento (humano). Não é que o espaço seja apenas condição para reprodução ampliada do capital, ele passa a ser a própria reprodução ampliada do capital, por meio de relações novas de reprodução e dominação.

Nossa tese é a de que no período atual existe um descompasso entre transformações nas formas de produção e forças sociais, derivado das relações de reprodução que permitem a apropriação privada sem freios da vida e do espaço. E esse descompasso é dado justamente pela desigualdade progressiva na distribuição, ou seja, na possibilidade da existência de uma superacumulação de dinheiro em nível individual que torna real o sonho do entesourador. O que precisa ser entendido é que pensar o desenvolvimento enquanto acumulação de riqueza e riqueza na forma de produzir e reproduzir mais dinheiro significa manter as estruturas capitalistas atuando na direção de um desastre.

Precisamos de um novo foco, o qual terá necessariamente que representar um equivalente geral em nível global. O único equivalente geral em nível global para questões de desenvolvimento é a vida humana e o valor da vida humana não pode ser dado por uma distribuição determinada por produtividades marginais. Para tanto, consideramos fundamental resgatar a concepção kantiana a respeito da dignidade. Kant é considerado o primeiro teórico a reconhecer que ao homem não se pode atribuir valor, justamente na medida em que deve ser considerado como um fim em si mesmo. Na sua obra *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, de 1785, a dignidade é o valor de que se reveste tudo aquilo que não tem preço e o primeiro direito fundamental de todo homem. O seu grande legado para a filosofia dos direitos humanos é a igualdade na atribuição da dignidade. Dignidade que tem como princípio a autonomia racional e que confirma a necessidade de que todos os seres humanos sejam tratados com igualdade.

Portanto, a partir da ideia da dignidade humana, o desenvolvimento “desmercadorizado” é o reconhecimento de que a vida individual e a vida coletiva não são diversas, pois derivam da mesma substância: a existência efetiva. Para que essa existência efetiva seja reconhecida com igual valor torna-se essencial a institucionalização de normas e leis que limitem salários, rendas e patrimônio, de forma que as relações de reprodução sejam conformadas por controle social e não pelas leis da acumulação capitalista, permitindo, assim, o estabelecimento de uma nova consciência. A partir dessa consciência se obterá uma solidariedade contra a acumulação pela acumulação, contra o desmonte social e contra a destruição do meio ambiente, graças a um processo de desmercadorização das relações de reprodução e, conseqüentemente, da cidade, da política, da cultura, da natureza e do próprio ser. Evidentemente, semelhante caminho não pode ser de uma região ou nação, mas tem de ser orquestrado de forma global. Ressaltamos, também, que é uma solução parcial, em função da continuidade da

propriedade privada. É que a verdadeira mudança exige uma transformação das relações sociais de produção para além do capitalismo. Žižek (2012, p. 334) está certo ao afirmar que

é ilusório esperar mudar de fato a situação, “ampliando” a democracia para a esfera econômica (digamos, reformulando os bancos para que sejam submetidos ao controle popular) [...]. Por mais radical que seja nosso anticapitalismo, nos processos “democráticos” (que podem ter um papel positivo, é claro), as soluções são buscadas apenas por meio dos mecanismos democráticos que fazem parte dos aparelhos ideológicos do estado “burguês” que garante a reprodução imperturbada do capital [...], a aceitação dos mecanismos democráticos como se constituíssem o único arcabouço para todas as mudanças possíveis [...] impede a transformação radical das relações capitalistas.

Concordamos com Žižek também quando aponta que a reforma política não é suficiente para a construção de uma nova sociedade e as mudanças radicais na esfera econômica têm de ser feitas fora da esfera dos “direitos” legais. É preciso ser muito otimista ou demasiado ingênuo para acreditar que um primeiro passo na direção de uma nova sociedade possa ser realizado por uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade. Todavia, correremos este risco afirmando que uma transformação das relações de reprodução contemporâneas em novas relações possa ser realizada por instrumentos políticos, ainda no arcabouço da estrutura capitalista, mas com vistas à sua superação.

2.5 POR UMA NOVA SOCIEDADE

Segundo Bordieu (2004) a sociedade é definida como um sistema de relações, de modo que é preciso classificar os fenômenos sociais segundo diferentes categorias que, em última análise, correspondem aos diversos tipos de arranjo institucional. E, nesse espaço, as ideologias definem ou obscurecem as categorias sociais, estabilizam ou quebram expectativas sociais, mantêm ou enfraquecem normas sociais, fortalecem ou debilitam o consenso social e aliviam ou exacerbam tensões sociais. Tudo a depender do nível de correlação existente entre o domínio das estruturas e o domínio das práticas, expressa pelo autor por meio do conceito de *habitus*, ou sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes. Ou seja, o *habitus* constitui-se em um princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, é suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Logo, um conceito menos restrito do que o de classe e que permite também a incorporação da prática política na teoria como um processo de transformação de relações sociais em novas relações sociais, produzidas, por sua vez, por instrumentos políticos.

Assim, as relações de poder constituem um elemento fundamental enquanto princípio de dupla relação (estruturante e estruturado), que contribui de forma decisiva para entender a direção que tomam os processos econômicos ao longo da história. Em uma palavra, a sociedade econômica não pode emergir como algo separado do estado político: a transformação implica uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade. Somente dentro de um dado arcabouço político é possível formular a questão da riqueza, como enfatizou Polanyi (2000). E é justamente a questão da formulação da riqueza que precisa ser revista, enfatizamos! Em nossa época histórica o movimento das grandes mobilizações sociais tornou-se uma realidade, visto que as comunicações se tornaram instantâneas no mundo inteiro. De tal movimento poderá brotar uma nova política emancipatória, frente ao destrutivo modo de reprodução societária do capital. Portanto, somente o verdadeiro envolvimento das massas, em uma mobilização extraparlamentar combativa, será capaz de forçar o jogo parlamentar a realizar as alterações necessárias no quadro da reprodução das relações de produção capitalistas.

É necessário reconhecer que os grandes empreendimentos são necessários para a realização da vida (educação, saúde, habitação, serviços de utilidade pública, cultura etc.), dada a dimensão da população no planeta; mas grandes fortunas, salários exorbitantes e a propriedade privada desmedida, não. Como justificar, seja do ponto de vista dos rendimentos marginais, da produtividade= ou das necessidades humanas mais sofisticadas, salários anuais de US\$ 50 milhões? A amplitude dos 10 maiores salários dos CEOs (Chief Executive Officer) norte-americanos, no início da década de 2000, variava entre U\$ 16,8 milhões anuais (James McNerney) e 52,2 milhões (Ray Irani). Em 2012, os salários dos CEOs das grandes empresas ultrapassavam a média de US\$ 10,5 milhões ao ano. Como justificar que uma só pessoa detenha um patrimônio de US\$ 43 bilhões, mais um pacote de bônus e ações da empresa estimados em US\$ 96 milhões, como é o caso de Larry Ellison, cofundador e CEO da Oracle e a 5ª pessoa mais rica do mundo? Simplesmente o capitalismo tem criado deuses no lugar de pessoas. Isto mesmo: na vigência do modo capitalista de produção surgiu um seleto grupo de “deuses” possibilitado pela acumulação desenfreada de dinheiro e propriedade. Sob a reprodução das relações de produção capitalista alguns homens foram transformados em verdadeiras “divindades”. Tipos ideais divulgados a todo instante e inflados nas produções de autoajuda, que impregnam nossas mentes e corações como um exemplo a ser seguido. Uma sociedade do espetáculo que cria um efeito demonstração ao mesmo tempo inalcançável e conformador. Não existe desenvolvimento possível que tenha como tipo ideal o padrão de consumo de uma minoria que vive acima do bem e do mal. É este o mito do desenvolvimento a que se refere Furtado (1974).

Sassen (2010) fala de uma nova geografia de centros e margens, que reproduz e amplia as desigualdades existentes (segmentação social, salarial, racial ou étnica):

“os trabalhadores com maior formação educacional no setor corporativo enxergam sua renda aumentar a níveis inusitados, enquanto os operários e trabalhadores com pouca ou média formação enxergam a sua afundar” (SASSEN, 2010, p. 95).

Pelas considerações acima e outras evidências colocadas anteriormente torna-se clara a impossibilidade do capitalismo atual. Ao mesmo tempo os meios informacionais tornaram instantânea nossa integração em tempo real. E acreditamos que essa instantaneidade possa nos colocar no caminho de uma nova consciência pelo reconhecimento da perversidade das relações sociais no capitalismo contemporâneo. Como destaca Brandão (2008, p. 1-2): “avalio que hierarquias, hegemonias, tensões e conflitos são reforçados em todas as escalas espaciais e as determinações mais gerais do movimento de acumulação estão cada dia mais explícitas, inclusive em sua manifestação territorial”.

Integração que, além de permitir vislumbrar a direção do desastre humano, permite também entender que nossas etnias, culturas, línguas representam ao mesmo tempo o singular e o plural de uma mesma dimensão, a dimensão humana: ponto de partida para qualquer mudança substancial na sociedade que hoje temos. Todas as vidas humanas precisam ser compreendidas como iguais no sentido de sua existência, guardadas as dimensões de etnias, culturas, línguas, religiões, enfim, todos os aspectos superestruturais que diferenciam as pessoas e os lugares, mas que não modificam o sentido último: a vida humana em sua essência, a equivalência das vidas humanas. Compreensão que implica nova consciência de que, por meio de instrumentos políticos se possam criar mecanismos garantidores de que nenhum homem pode ter o direito de subjugar outro, seja por raça, riqueza ou poder, na medida em que cada vida se equivale. Para tanto, torna-se essencial a institucionalização de normas e leis que limitem salários, rendas e patrimônio, de forma que as relações de reprodução sejam conformadas por controle social e não pelas leis da acumulação capitalista.

É importante ressaltar que a limitação das grandes fortunas, dos supersalários e dos exageros da propriedade privada não é um cerceamento de liberdade. Não há liberdade no capitalismo, há ideologia. A liberdade se existe é para um conjunto de “deuses” que dispõem de dinheiro “ilimitado”. A grande massa, em qualquer região ou país, não conhece liberdade, conhece apenas o ideal dessa liberdade dos “deuses”. Portanto, não estamos discutindo a abolição da propriedade privada ainda, mas o “limite” da propriedade privada e dos supersalários.

Quando em algum lugar perdemos as nossas utopias também perdemos o sentido do que é “ser humano”. É urgente, pois, resgatar esse sentido. Como afirma Altvater (2010, p. 334), “a utopia concreta está presa com âncoras pesadas no fundo real da sociedade capitalista”, reificada, fetichizada nas relações de reprodução. É preciso resgatar a utopia, resgatar um sentido de humanidade, um fundamento comum pelo qual lutar. Até o momento nem as teorias do desenvol-

vimento econômico nem o aprofundamento da questão ambiental e suas soluções parcelares conseguiram chegar ao âmago dessa questão, justamente porque não tocaram no ponto fundamental: a monstruosidade das relações de reprodução no capitalismo contemporâneo. É preciso desfazer estes e outros mitos em direção a uma utopia realizável. A condição de ser humano pode ser o fundamento de uma nova utopia: a utopia concreta do desenvolvimento “desmercadorizado”.

Será ingênuo o pensamento de Von Thünen, citado por Harvey (2005, p. 103), segundo o qual

na percepção da verdade e da justiça, e no controle do egoísmo, fazendo que, de modo voluntário, os privilegiados desistam do que injustamente possuem, residem os meios de a humanidade, pacífica e alegremente, obter maior desenvolvimento e alcançar objetivos superiores?

Será que podemos estabelecer uma nova utopia, tendo como fundamento que a reprodução das relações sociais não foi nem é “natural” ou “normal”, que é preciso colocá-la sob controle social, neutralizando e canalizando os mecanismos do mercado para que o século XXI não produza uma proletarianização global e a destruição do ser? Para Žižek (2011, p. 83), “corremos o risco de perder tudo: a ameaça é que sejamos reduzidos a sujeitos abstratos vazios de todo conteúdo substancial, despossuídos de nossa substância simbólica, nossa base genética fortemente manipulada, vegetando num ambiente inóspito”.

Resta-nos a esperança de uma nova consciência, de uma nova política e de uma nova práxis social que em algum momento torne evidente a equivalência da vida humana em qualquer ponto do planeta. Será um despertar diante da grande degeneração, do ponto zero apocalíptico, da possibilidade da destruição do ser e da mãe-terra.

Para Harvey (2013), a partir da descentralização do poder que o capitalismo demanda, a esperança está emergindo em uma variedade de iniciativas locais, com base em inovações e experimentações com formas coletivas de governança democrática e de decisão comunal. O problema para o referido autor consiste em “como reuni-las de maneira a construir uma alternativa viável ao neoliberalismo de mercado” (HARVEY, 2013, p. 33). A resposta parece estar nas ruas:

Foi nas ruas que os tchecos se libertaram em 1989 de opressivas formas de governança; foi na Praça da Paz Celestial que o movimento estudantil chinês buscou estabelecer uma definição alternativa de direitos; foi através de massivos comícios que a Guerra do Vietnã foi forçada a terminar; foi nas ruas que milhões protestaram contra o prospecto de uma intervenção imperialista norte-americana no Iraque em 15 de fevereiro de 2003; foi nas ruas de Seattle, Gênova, Melbourne, Quebec e Bangkok que os direitos inalienáveis à propriedade privada e da taxa de lucro foram desafiados (HARVEY, 2013, p. 33).

De acordo com Žižek (2013, p. 104), o que une as ondas de protestos que ganharam o mundo desde 2011, pela Europa, Oriente Médio, Estados Unidos, Brasil

é o fato de que [...] todos lidam com uma combinação específica de (pelo menos) duas questões: uma econômica, de maior ou menor radicalidade, e outra político-ideológica, que inclui desde demandas pela democracia até exigências para a superação da democracia multipartidária usual.

Há, portanto, um questionamento do sistema capitalista como tal que dependerá da capacidade de se organizar uma solidariedade global. Esperamos, pois, que a ideia do desenvolvimento “desmercadorizado” contribua para a organização dessa solidariedade global.

2.6 CONCLUSÃO

Há possibilidade de implantação de um novo projeto de sociedade? Acreditamos que sim. O desenvolvimento “desmercadorizado” significa o desenvolvimento focado na vida humana e não no sentido da riqueza da sociedade capitalista, significa o reconhecimento da igualdade da vida humana em qualquer lugar e tempo. Nesta perspectiva, a limitação institucional das grandes fortunas, a limitação dos supersalários e a imposição de limites sociais à propriedade privada pavimentarão o caminho para um desenvolvimento “desmercadorizado”; o primeiro movimento de um novo desenvolvimento, de uma nova sociedade.

O aprofundamento das crises nos países centrais, em termos de frequência e intensidade com o conseqüente aumento da desigualdade e o aprofundamento da crise ambiental poderão fazer surgir uma nova consciência, um despertar para a humanidade? Acreditamos, como Altvater (2010), que são as condições históricas e as ideias germinais que encorajam a realização de uma utopia concreta. Na nossa conjuntura histórica somente as grandes mobilizações sociais, a mobilização extraparlamentar de massas a que se refere Mézáros (2011), poderão fazer frente ao destrutivo modo de reprodução societária do capital que força o jogo parlamentar a realizar as alterações necessárias no quadro da reprodução das relações de produção capitalistas. Portanto, a nova política emancipatória brotará não de um agente especial em particular, mas da combinação explosiva de diversos agentes, como também destaca Žižek (2011). As grandes mobilizações sociais são uma realidade em uma sociedade em que as comunicações se tornaram instantâneas no mundo inteiro. Eis o lado positivo da nossa época histórica, eis a grande esperança para surgimento de uma nova consciência e de uma nova *práxis* social, frente à apocalíptica proletarização pela qual estamos ameaçados.

REFERÊNCIAS

- ALTVATER, Elmar. **O fim do capitalismo como o conhecemos: uma crítica radical do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: Unesp; Campinas: Facamp, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos R. S. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: Editora da UFBA, 2008. p. 150-185.
- _____. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 57-76, jul./dez. 2004.
- FERGUSON, Niall. **A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental**. São Paulo: Planeta, 2013.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **A produção social do espaço capitalista**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; São Paulo: Carta Maior, 2013.
- KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpão, 1973. (Cadernos O homem e a sociedade).
- MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MÉSZÁROS, Istiván. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROTH, Karl Heinz. Crise global, proletarização global, contraperspectivas. In: FUMAGALLI, Andrea; MEZZADRA, Sandro (Org). **A crise da economia global: mercados financeiros, lutas sociais e novos cenários políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. Problemas no paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.